



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 006/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026

ÍNDICE

EDITAL Nº 006/2026	3
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7 - DA FASE DE JULGAMENTO	10
8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
9 - DOS RECURSOS	14
10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	15
12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	21
1 - DO OBJETO	21
2 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA	23
3 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	23
4 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	24
5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	25
6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	27
7 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	28
8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	29
9 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30
10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	30
ANEXO II – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA	31
ANEXO III – MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA	32
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL	33



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO V – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	36
1 - DAS PARTES	36
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	36
3 - DO OBJETO	36
4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO	38
5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	39
6 - DA SUBCONTRATAÇÃO	41
7 - DO PAGAMENTO	41
8 - DO REAJUSTE	43
9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	43
10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	44
11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	45
12 - DAS GARANTIAS	47
13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	48
14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	49
15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	50
16 - DOS CASOS OMISSOS	50
17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	50
18 - DAS ALTERAÇÕES	51
19 - DA PUBLICAÇÃO	51
20 - DO FORO	51



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

EDITAL Nº 006/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026

EXCLUSIVO ME/EPP

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS – CREA-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria n.º 122/2025, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 32781/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e as exigências estabelecidas neste Edital, fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **menor preço do grupo**.

DATA: 14 de maio de 2026, ou primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente nesta data.

HORA: 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 389422

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição e instalação de sistema de sonoplastia em 4 (quatro) salas de reuniões do Crea-GO, incluindo 4 (quatro) mesas de som, 55 (cinquenta e cinco) microfones de mesa tipo gooseneck, cabeamento, conectores e serviços de instalação e configuração, com integração aos computadores institucionais em sistema plug and play, bem como a aquisição de sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi e os Tripés Profissionais Semi-Hidráulica 180 cm, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos.

1.2 - O valor total estimado da contratação é de **R\$ 99.821,90 (noventa e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

1.2.1 - Para fins de organização da disputa, o valor estimado do Grupo 1 – sistema de sonoplastia – é de **R\$ 60.128,19 (sessenta mil, cento e vinte e oito reais e dezenove centavos)**, e o valor estimado do Grupo 2 – sistema de videoconferência – é de **R\$ 39.693,71 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e um centavos)**.

1.3 - O objeto será licitado em 2 (dois) grupos, conforme detalhado no Anexo I – Termo de Referência, a saber: Grupo 1 – sistema de sonoplastia; e Grupo 2 – sistema de videoconferência, ambos com disputa exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos deste Edital.

1.4 - A licitação será realizada na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por grupo, nos termos do art. 17, § 2º, do art. 28, inciso I, e do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

1.5 - A proposta deverá abranger, obrigatoriamente, a totalidade dos itens que compõem cada grupo cotado, com indicação do valor global ofertado por grupo, observadas as especificações técnicas, quantitativos, requisitos de execução e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

1.6 - Os bens e serviços objeto desta licitação são classificados como bens e serviços comuns, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência e serem passíveis de comparação por critério de menor preço.

2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO para o exercício de 2026: Conta 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas, Equipamentos e Aparelhos.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação, exclusivamente, as microempresas (ME), as empresas de pequeno porte (EPP) e, quando juridicamente cabível em razão de seu enquadramento, os microempreendedores individuais (MEI), que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, nos termos dos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, observados os limites e requisitos legais para fruição do tratamento favorecido.

3.1.1 - A exclusividade de participação prevista neste item aplica-se ao presente certame porque a licitação foi estruturada em 2 (dois) grupos distintos, e o valor estimado de cada grupo, individualmente considerado, é inferior ao limite de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos do tratamento favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte, a saber: Grupo 1 - **R\$ 60.128,19 (sessenta mil, cento e vinte e oito reais e dezenove centavos)**; Grupo 2 - **R\$ 39.693,71 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e um centavos)**.

3.1.2 - Para fins do disposto no subitem anterior, considera-se juridicamente relevante o valor estimado de cada grupo, e não o valor global da contratação, por se tratar de licitação com julgamento por grupo.

3.2 - Os interessados deverão estar previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e habilitados no sistema **Compras.gov.br**, desde que atendam integralmente às condições de participação e habilitação estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

3.3 - O atendimento às condições exigidas para cadastramento no SICAF, para fins de habilitação, deverá observar o prazo regulamentar aplicável.

3.4 - O licitante é exclusivamente responsável pelas transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras todas as propostas, declarações e lances por ele registrados, inclusive os praticados por seus representantes.

3.5 - A Administração e o provedor do sistema não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6 - É de responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados no SICAF e nos demais sistemas utilizados no certame, promovendo, de imediato, a correção de qualquer informação incorreta ou desatualizada.

3.7 - Não poderão participar desta licitação:

3.7.1 - Pessoa física ou jurídica que não atenda às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

3.7.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando houver, bem como empresa integrante do mesmo grupo econômico ou da qual o autor seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando configurada hipótese legal de impedimento;

3.7.3 - Pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3.7.4 - Pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa vedação ser observada nas hipóteses legalmente aplicáveis;

3.7.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, entre si, concorrendo entre si;

3.7.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.7 - Agente público do Crea-GO que se enquadre em hipótese legal de impedimento à participação no certame;

3.7.8 - Pessoa física ou jurídica que tenha participado do planejamento da contratação ou da elaboração dos documentos preparatórios desta contratação, quando configurada hipótese legal de impedimento, conflito de interesses ou violação à isonomia;

3.7.9 - Empresas reunidas em consórcio, conforme vedação prevista no Termo de Referência;

3.7.10 - Licitante que declare impossibilidade de execução direta do objeto ou que condicione a execução contratual à subcontratação total ou parcial, em desacordo com a vedação estabelecida neste Edital e no Termo de Referência.

3.7.11 - Organizações da sociedade civil ou entidades que atuem em regime jurídico incompatível com a presente contratação, quando não puderem assumir, diretamente, todas as obrigações contratuais previstas neste Edital e em seus Anexos;

3.7.12 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, direta ou indiretamente, em situação de conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável.

3.8 - As vedações previstas neste item serão interpretadas e aplicadas em conformidade com os arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

3.9 - O licitante deverá observar, ainda, todas as demais restrições de participação decorrentes da legislação aplicável, ainda que não reproduzidas expressamente neste Edital.

4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, envio de lances e julgamento, nos termos do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, suas propostas de preços, correspondentes ao menor valor global por grupo, relativo à execução integral do objeto descrito no Termo de Referência, até a data e horário fixados para a abertura da sessão pública, conforme estabelecido no preâmbulo deste Edital.

4.3 - No momento do cadastramento da proposta inicial, o sistema exigirá a declaração, sob pena de responsabilidade, de que o licitante:

4.3.1 - Está ciente e concorda com todas as condições do Edital e seus Anexos, e que a proposta contempla todos os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive aqueles relativos ao cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, tributária, normas coletivas aplicáveis, bem como os custos com fornecimento, instalação, configuração, integração, testes, manuais, equipamentos, materiais, cabeamento, conectores, insumos, garantia, assistência técnica e demais encargos incidentes sobre a execução do Contrato;

4.3.2 - Não se utiliza de qualquer trabalho realizado por menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e não submete menor de 18 (dezoito) anos à realização de trabalho noturno, em condições perigosas ou insalubres, nem à execução de atividades constantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, em observância ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e ao art. 2º, inciso II, alíneas "b" e "c", do Decreto nº 12.174/2024;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.3.3 - Não submete trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados, nem mantém trabalhadores em condições análogas às de escravo, em observância às garantias fundamentais previstas na Constituição Federal e ao disposto no art. 2º, inciso II, alínea “a”, do Decreto nº 12.174/2024;

4.3.4 - Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicáveis à sua realidade organizacional, conforme legislação vigente;

4.3.5 - Compromete-se a instituir e manter, durante toda a vigência contratual, canais acessíveis para recepção, formalização e tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho dos empregados vinculados à execução do Contrato, garantindo sigilo das informações e proteção contra retaliações a denunciantes e testemunhas, sem prejuízo da utilização de canais oficiais disponibilizados pelo Crea-GO;

4.3.6 - O licitante enquadrado como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), inclusive microempreendedor individual (MEI), quando juridicamente cabível, deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observados o caput e os §§ 2º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.4 - A falsidade das declarações implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras responsabilidades civis, penais ou administrativas.

4.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública. Após esse momento, eventuais substituições não serão admitidas.

4.6 - A classificação das propostas dar-se-á apenas após a etapa de envio de lances, e será realizada com base nos critérios definidos neste Edital.

4.7 - Após a etapa competitiva, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes remanescentes, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

4.8 - Caso a funcionalidade esteja disponível no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo (ou percentual de desconto máximo), hipótese em que o envio de lances ocorrerá de forma automática, conforme regras a seguir:

4.8.1 - O sistema aplicará intervalo mínimo obrigatório entre os lances, tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance que igualar ou superar a melhor oferta;

4.8.2 - Os lances automáticos observarão exclusivamente o valor final mínimo ou o percentual de desconto parametrizado, respeitado o intervalo mínimo definido no Edital.

4.9 - A funcionalidade de envio automático de lances será bloqueada pelo sistema quando:

4.9.1 - O valor ofertado for superior ao último lance válido (critério menor preço);

4.9.2 - O percentual de desconto for inferior ao último lance válido (critério maior desconto, se aplicável).

4.10 - O valor final mínimo ou percentual de desconto parametrizado terá caráter sigiloso, sendo acessível apenas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação.

4.11 - Caberá exclusivamente ao licitante acompanhar o certame no sistema eletrônico, sendo responsável por eventuais perdas decorrentes de falhas de conexão, omissão ou inobservância de mensagens emitidas pela Administração.

4.12 - Ocorrendo qualquer situação que comprometa a segurança ou confidencialidade dos dados, o licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema, solicitando o bloqueio de seu acesso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

4.13 - Os documentos de habilitação da licitante provisoriamente mais bem classificada serão verificados prioritariamente por meio do SICAF e, quando necessário, por meio de envio complementar pelo sistema eletrônico, na forma e prazos definidos neste Edital, especialmente no item 8 – Da Fase de Habilitação.

5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 - O licitante deverá preencher sua proposta no sistema eletrônico, contendo, no mínimo:

5.1.1 - Valor global do grupo cotado, correspondente à execução integral do objeto descrito no Anexo I – Termo de Referência;

5.1.2 - Descrição do objeto ofertado em conformidade com o Termo de Referência e demais informações exigidas no modelo de Proposta Comercial constante do Anexo IV deste Edital;

5.1.3 - Demais informações e campos obrigatórios exigidos pelo sistema eletrônico **Compras.gov.br**.

5.2 - Todas as especificações, condições e características inseridas na proposta vincularão o licitante e serão consideradas parte integrante da futura obrigação contratual.

5.3 - Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo, entre outros: tributos, encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais, despesas comerciais e operacionais, eventuais deslocamentos, viagens, diárias, seguros, instalação, configuração, integração, testes de funcionamento, equipamentos, materiais, cabeamento, conectores, suprimentos, reposição de peças, garantia, assistência técnica e quaisquer outros necessários ao cumprimento do Contrato, sendo vedado pleitear valores adicionais a esse título.

5.4 - Os preços registrados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitido pleito posterior de alteração sob alegação de erro, omissão, equívoco de cálculo ou qualquer outra justificativa.

5.5 - Caso a empresa adote regime tributário com recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o valor ofertado deverá considerar a média efetiva dos recolhimentos dos últimos **12 (doze) meses**, conforme documentação fiscal da própria empresa, de forma a assegurar a exequibilidade da proposta.

5.6 - Independentemente dos percentuais declarados na proposta, serão efetuadas, no momento do pagamento, as retenções tributárias legais previstas na legislação vigente, observado o regime tributário da Contratada.

5.7 - A apresentação da proposta implica compromisso formal do proponente com a execução integral do objeto, conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência, inclusive quanto à disponibilização de todos os recursos humanos, técnicos, materiais e operacionais necessários ao fornecimento, instalação, integração, testes e pleno funcionamento dos bens e serviços contratados, responsabilizando-se por sua complementação sempre que exigido pela Administração, sem ônus adicional.

5.8 - A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados da sua apresentação no sistema eletrônico.

5.9 - O descumprimento, por parte da Administração, das regras estabelecidas quanto à adequada análise da composição dos preços pode ensejar responsabilização solidária dos agentes públicos e da empresa contratada perante o Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, nos casos de sobrepreço ou superfaturamento comprovado após regular processo legal.

5.10 - Havendo inconsistência entre a descrição do objeto publicada na plataforma do Pregão Eletrônico e a constante no Anexo I – Termo de Referência, prevalecerá esta última, por representar a manifestação oficial da Administração quanto às exigências técnicas do objeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.11 - Para fins de elaboração da proposta, o licitante deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis às relações de trabalho de sua equipe, sendo de sua responsabilidade exclusiva assegurar que a composição de seus custos internos, ainda que não detalhada na proposta, seja suficiente para garantir o cumprimento de pisos salariais, benefícios e demais direitos decorrentes da Constituição Federal, das leis trabalhistas, das normas infralegais, das convenções coletivas de trabalho e dos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 - A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema **Compras.gov.br**, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até o momento de início da sessão pública.

6.3 - O sistema eletrônico disponibilizará canal próprio para comunicação entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4 - Iniciada fase competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema, sendo informados, em tempo real, do seu recebimento e do valor registrado.

6.5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo, correspondente à execução integral do objeto descrito no Termo de Referência.

6.6 - Os licitantes poderão ofertar lances sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital e o horário previsto para a sessão.

6.7 - Será admitido apenas o lance de valor inferior ao último lance registrado pelo próprio licitante.

6.8 - O intervalo mínimo entre lances será de **R\$ 1,00 (um real)**, aplicando-se tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir o último lance ofertado no prazo de até 15 (quinze) segundos após o registro, em caso de inconsistência ou inexecutabilidade.

6.10 - O modo de disputa será aberto e fechado, nos termos do art. 56, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

6.10.1 - A etapa de lances terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**.

6.10.2 - Após esse prazo, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente, iniciando-se período aleatório de até **10 (dez) minutos**, findo o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.

6.10.3 - Concluída a etapa aberta, o sistema permitirá que o autor do melhor lance e os demais licitantes com ofertas até 10% superiores possam encaminhar lance final e fechado, no prazo de **5 (cinco) minutos**.

6.10.4 - O licitante poderá manter seu último lance da etapa aberta ou ofertar novo lance fechado.

6.10.5 - Caso não haja, no mínimo, três ofertas na condição acima, o sistema convocará os melhores classificados subsequentes (até o máximo de três) para apresentar lance final e fechado, também no prazo de **5 (cinco) minutos**.

6.11 - Encerradas as etapas competitivas, o sistema divulgará a ordenação dos lances em ordem crescente de valor.

6.12 - Em caso de lances de mesmo valor, prevalecerá aquele registrado primeiro no sistema.

6.13 - Durante a sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor valor registrado, sendo vedada a identificação do autor da oferta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.14 - Em caso de desconexão do pregoeiro, o sistema poderá permanecer disponível para o envio de lances pelos licitantes.

6.15 - Caso a desconexão do pregoeiro persista por mais de **10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e reiniciada após **24 (vinte e quatro) horas**, mediante comunicação oficial no portal.

6.16 - O licitante que não apresentar lances concorrerá com o valor de sua proposta inicial registrada no sistema.

6.17 - Após o encerramento da fase de lances, o sistema verificará automaticamente o porte empresarial do licitante, para fins de confirmação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, condição necessária à participação neste certame.

6.18 - Por se tratar de licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, não se aplica o critério de preferência previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.19 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances finais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.19.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

6.19.3 - Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4 - Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20 - Persistindo o empate após aplicação dos critérios previstos nos subitens anteriores, será assegurada preferência, sucessivamente:

6.20.1 - A empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás;

6.20.2 - A empresas brasileiras;

6.20.3 - A empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4 - A empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.21 - Se a proposta melhor classificada permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar com o licitante, visando condições mais vantajosas para a Administração.

6.21.1 - A negociação poderá ser estendida aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.21.2 - A negociação será conduzida via sistema, com registro acessível aos demais participantes.

6.21.3 - O resultado da negociação será registrado e juntado aos autos.

6.21.4 - Após a negociação, o licitante mais bem classificado deverá, em até **2 (duas) horas**, enviar nova proposta adequada ao valor negociado, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.21.5 - A critério do pregoeiro, o prazo poderá ser prorrogado, desde que solicitado e justificado no chat do sistema antes do término do prazo original.

6.22 - Encerradas as negociações, terá início fase de aceitação da proposta, com posterior julgamento pela Administração, observado o atendimento às exigências técnicas e às condições previstas no Edital e no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7 - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 - Encerrada a etapa de lances e, se for o caso, a negociação, o pregoeiro procederá à verificação das condições de participação e à análise da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar em cada grupo, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - A verificação incluirá a consulta à regularidade do licitante, especialmente quanto à existência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública, por meio dos seguintes cadastros:

- 7.2.1** - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 7.2.2** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.2.3** - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, disponíveis no portal da Controladoria-Geral da União;
- 7.2.4** - Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.3 - A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.3.1 - A consulta será realizada em nome da empresa e, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, também em nome de seu sócio majoritário, visando à detecção de eventual impedimento de participação.

7.4 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.5 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.5.1** - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.5.2** - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.5.3** - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.6 - Caso a proposta tenha sido beneficiada pelo regime jurídico diferenciado aplicável às microempresas ou empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará o enquadramento regular da empresa.

7.7 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8 - Para fins de análise da proposta quanto ao atendimento das especificações técnicas do objeto, o Pregoeiro poderá solicitar do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, relativamente ao grupo correspondente, catálogos, fichas técnicas, manuais, prospectos, declarações do fabricante, certificações, documentos de equivalência ou outros documentos idôneos que permitam aferir a conformidade dos equipamentos ofertados com as exigências do Termo de Referência.

- 7.8.1** - Os documentos de que trata o subitem anterior deverão demonstrar, de forma objetiva, o atendimento às características técnicas mínimas exigidas para os itens ofertados, inclusive quanto à equivalência ou superioridade em relação às marcas e modelos de referência eventualmente indicados no Termo de Referência.
- 7.8.2** - Caso os documentos apresentados sejam insuficientes, imprecisos ou gerem dúvida relevante quanto à conformidade da proposta, o Pregoeiro poderá promover diligência para esclarecimento ou complementação da instrução, inclusive com apoio da área técnica, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvadas as hipóteses legais de saneamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.8.3 - A análise técnica da proposta poderá ser subsidiada por manifestação escrita da área técnica responsável, para verificação da aderência dos equipamentos e serviços ofertados às especificações constantes do Termo de Referência.

7.8.4 - A avaliação técnica definitiva dos bens fornecidos ocorrerá por ocasião do recebimento provisório, nos termos do Termo de Referência, sem prejuízo da análise documental da proposta realizada nesta fase de julgamento.

7.9 - A proposta será desclassificada quando:

7.9.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.9.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.9.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4 - Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.11 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.11.1 - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.2 - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.13 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste Edital.

8.1.1 - Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2 - Habilitação Jurídica:

8.2.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2 - Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.3 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.2.4 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.5 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.6 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva.

8.2.7 - Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto social constante do ato constitutivo e o objeto desta licitação, conforme a natureza da pessoa jurídica.

8.3 - Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.3.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4 - Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar, caso não estejam disponibilizados digitalmente no SICAF, documentos comprobatórios relativos à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira exigidos neste Edital.

8.5 - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos licitantes serão:

8.5.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio de certidões ou atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por conselho profissional competente, quando for o caso.

8.5.2 - Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior:

- a)** Os atestados deverão se referir a contratos que comprovem experiência anterior em fornecimento e instalação de sistemas de sonorização, áudio profissional, videoconferência ou soluções tecnológicas equivalentes, compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto desta licitação;
- b)** Será admitida a soma de diferentes atestados, desde que relativos a fornecimentos realizados de forma concomitante ou sucessiva e que, em conjunto, permitam comprovar a aptidão exigida para a execução do objeto;
- c)** Os atestados poderão estar emitidos em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, desde que vinculados ao mesmo CNPJ base;
- d)** O licitante deverá disponibilizar à Administração, quando solicitado, todas as informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, tais como cópia dos contratos que lhes deram suporte, termos de recebimento e dados de contato dos emitentes.

8.6 - Qualificação econômico-financeira:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.6.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.6.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos mediante a aplicação das fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

8.6.3 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos**.

a) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos tempo que o exigido para a apresentação de demonstrações contábeis completas.

8.6.4 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

8.6.5 - Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.6.6 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, quando exigida pela Administração.

8.7 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por processo de cópia autenticada em cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.8 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.10 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.11 - O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.12 - Somente será necessário comprovar preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais se houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente exigir.

8.13 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.14 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação.

8.15 - Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.16 - Os documentos exigidos para habilitação não contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante mais bem classificado em cada grupo.

8.17.1 - Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado em cada grupo.

8.18 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.18.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.19 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, observado, para o licitante convocado, o prazo de **2 (duas) horas**, constante do item 8.16, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro para envio dos documentos de habilitação não contemplados no SICAF, sem prejuízo dos demais prazos, inclusive relativos a intenção/razões de recurso, saneamento e diligências.

8.21 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação fiscal, social e trabalhista, ainda que essa documentação apresente alguma restrição, hipótese em que será assegurado o prazo de regularização previsto na legislação aplicável, para fins de contratação.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Da decisão que julgar as propostas, habilitar ou inhabilitar licitantes, bem como dos atos de anulação ou revogação da licitação, caberá recurso nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O prazo para interposição de recurso será de **3 (três) dias úteis**, contado da data da intimação do ato ou da divulgação da respectiva ata no sistema eletrônico.

9.3 - Quando o recurso tiver por objeto o julgamento das propostas ou o ato de habilitação/inabilitação, deverão ser observadas as seguintes condições:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma imediata e motivada, no prazo máximo de **10 (dez) minutos**, contado da abertura da fase recursal no sistema eletrônico, sob pena de preclusão;

9.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais terá início a partir da intimação da ata de julgamento das propostas ou da ata de habilitação ou inabilitação, conforme o ato recorrido, observado o disposto no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.

9.4 - Os recursos serão formalizados e enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico adotado para o certame, em campo próprio, observado o prazo legal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade responsável pelo ato impugnado, por intermédio do pregoeiro ou da equipe de apoio, que poderá, no prazo de **3 (três) dias úteis**, reconsiderar sua decisão. Não havendo reconsideração, o recurso será encaminhado à autoridade superior, que deverá decidir em até **10 (dez) dias úteis**.

9.6 - Recursos interpostos fora dos prazos legais não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da intimação ou da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico, assegurado o acesso aos autos e aos documentos necessários à defesa.

9.8 - A interposição de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou decisão recorrida, até a deliberação final da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.9 - O acolhimento total ou parcial do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados, preservando-se os demais, em conformidade com o art. 165, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e decorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou após o julgamento definitivo dos recursos eventualmente apresentados, o processo será encaminhado à autoridade competente para:

10.1.1 - Proceder à adjudicação do objeto à licitante vencedora de cada grupo, conforme o resultado final do certame;

10.1.2 - Homologar o resultado da licitação, após verificar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1 - Após a homologação da licitação, caso seja efetivada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho, Carta-Contrato, Ordem de Serviço ou documento congênere), conforme previsto no art. 89 da Lei nº 14.133/2021, observada a obrigatoriedade de contrato quando houver obrigações futuras.

11.2 - A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente. A ausência de manifestação no prazo estipulado acarretará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.2.1 - Será admitida a assinatura digital do Contrato por meio eletrônico, desde que realizada com certificação digital no padrão ICP-Brasil, observando-se o prazo estabelecido no item 11.2.

11.2.2 - A Administração poderá encaminhar o Contrato à licitante por meio eletrônico ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), sendo obrigatório o retorno do documento devidamente assinado no mesmo prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento.

11.2.3 - O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária e aceitação expressa da Administração, formulada antes do término do prazo original.

11.3 - O aceite da Nota de Empenho, da Carta-Contrato, da Ordem de Serviço ou de instrumento equivalente implicará o reconhecimento de que:

11.3.1 - O instrumento recebido substitui o Contrato formal, nos termos do art. 89, §1º, da Lei nº 14.133/2021;

11.3.2 - A contratada permanece integralmente vinculada à proposta apresentada e a todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, bem como no Termo de Referência;

11.3.3 - As hipóteses de extinção contratual serão aquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas demais disposições



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

aplicáveis constantes do Contrato e deste Edital.

11.4 - O prazo máximo para fornecimento, instalação e entrega em pleno funcionamento será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da assinatura do Contrato ou de outra data que vier a ser fixada na Autorização de Entrega, quando houver, prorrogável uma única vez, por igual período, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

11.5 - Antes da formalização da contratação, a Administração realizará, no mínimo, consultas:

11.5.1 - Ao SICAF para verificar eventual suspensão, impedimento ou ocorrência impeditiva indireta à contratação;

11.5.2 - Ao CADIN, nos termos da Instrução Normativa SEGES nº 3/2018 e art. 6º, III, Lei nº 10.522/2002.

11.6 - Caso o fornecedor ainda não esteja inscrito no SICAF, e a contratação exija assinatura de Contrato ou instrumento equivalente, deverá providenciar seu cadastramento completo, sem ônus, previamente à assinatura.

11.7 - Constatada irregularidade no cadastro do SICAF ou em outra condição de habilitação, a adjudicatária deverá promover a regularização no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da ciência, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e na legislação pertinente.

11.8 - No momento da assinatura do Contrato, poderá ser exigida reapresentação da documentação de habilitação, devidamente atualizada, devendo as condições de habilitação ser mantidas durante toda a execução contratual.

11.9 - Caso o adjudicatário não comprove a manutenção das condições de habilitação ou se recuse a formalizar a contratação, a Administração poderá convocar o licitante classificado em posição subsequente, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, desde que (i) atenda aos requisitos de habilitação; (ii) mantenha proposta válida; e (iii) aceite negociar as condições contratuais, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao adjudicatário originalmente convocado.

11.10 - Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do Termo de Referência.

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 - Comete infração administrativa, para fins da Lei nº 14.133/2021, licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - Deixar de entregar documentação exigida para o certame ou deixar de apresentar qualquer documento solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão da licitação;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente justificado, deixar de manter a proposta apresentada, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor resultante de eventual negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Solicitar sua desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;
- d) Não apresentar documentação complementar ou elementos técnicos exigidos para análise da proposta;
- e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações deste Edital e seus Anexos.

12.1.3 - Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando regularmente convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 - Recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar o Contrato ou a aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração sabidamente falsa durante a licitação;

12.1.6 - Fraudar a licitação, por qualquer meio;

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio com outros licitantes ou em desconformidade com a legislação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

b) Induzir deliberadamente a erro o julgamento da Administração.

12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar, por qualquer meio, os objetivos da licitação;

12.1.9 - Praticar ato lesivo à Administração Pública, na forma do art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2 - Pela prática das infrações administrativas previstas neste Edital e na legislação aplicável, a Administração poderá aplicar, garantida a prévia e ampla defesa, as seguintes sanções:

12.2.1 - Advertência escrita;

12.2.2 - Multa, moratória ou compensatória, a ser aplicada de acordo com a natureza e a gravidade da infração, nas hipóteses e percentuais previstos na cláusula de infrações e sanções administrativas da Minuta de Termo de Contrato (Anexo V), que integra este Edital, observado, em especial:

a) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**;

b) Multa compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

c) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.3 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

d) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.2 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

e) Multa compensatória, para a infração descrita no subitem 12.1.1 deste Edital, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo ao qual pertença o órgão ou entidade responsável pela licitação, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

12.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a sanção, conforme art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 - As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a natureza e gravidade da infração, garantindo-se ao interessado o direito à defesa prévia, especialmente para aplicação de multa, cujo prazo para manifestação será de **15 (quinze) dias úteis**, contados da intimação.

12.4 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será, em regra, aplicada nas hipóteses de não entrega da documentação exigida, não manutenção da proposta ou não celebração do Contrato, quando não justificar a aplicação de penalidade mais grave.

12.5 - A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada, dentre outras hipóteses, quando verificada a apresentação de documentos ou declarações falsas, a prática de fraude à licitação, o comportamento inidôneo, a prática de atos ilícitos voltados à frustração da licitação ou outras condutas de elevada gravidade que justifiquem penalidade mais severa que o impedimento de licitar e contratar, observando-se o disposto no § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 quanto ao prazo de duração.

12.6 - A recusa injustificada em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado pela Administração, será considerada descumprimento total da obrigação assumida e acarretará as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.7 - A apuração das infrações que possam ensejar as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo de responsabilização conduzido por comissão designada para esse fim, assegurados ao licitante ou adjudicatário o contraditório e a ampla defesa, com prazo de **15 (quinze) dias úteis** para apresentação de defesa escrita, contado da intimação, podendo o interessado indicar as provas que pretenda produzir.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

12.8 - Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

12.8.1 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato no prazo de **5 (cinco) dias úteis** ou encaminhar o recurso à autoridade superior, devidamente instruído, para decisão no prazo máximo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

12.9 - Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, também no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da intimação, devendo a decisão ser proferida no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento do pedido pela autoridade competente.

12.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo em relação ao ato ou decisão recorrida até a decisão final da autoridade competente.

12.11 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública, nem a possibilidade de responsabilização nas esferas civil e penal, quando cabível.

13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por suposta irregularidade em sua aplicação ou na observância da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o pedido ser protocolado até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura do certame.

13.2 - Os pedidos de esclarecimento acerca deste Edital poderão ser apresentados até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, por qualquer interessado.

13.3 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser formulados por escrito e encaminhados, preferencialmente, por meio eletrônico para o e-mail: licitacoes@creago.org.br, ou, alternativamente, protocolados na sede do Crea-GO, observado o prazo estabelecido nos subitens 13.1 e 13.2.

13.4 - As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimento serão divulgadas no sítio eletrônico do Crea-GO (creago.org.br), no prazo de até **3 (três) dias úteis**, observado o limite do último dia útil anterior à data de abertura do certame, e passarão a integrar este Edital para todos os fins.

13.5 - A apresentação de impugnações ou pedidos de esclarecimento não suspende, por si só, os prazos do certame.

13.5.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional e deverá ser expressamente motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo licitatório.

13.6 - Acolhida a impugnação que implique alteração deste Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com a devida divulgação no sítio eletrônico do Crea-GO e, quando necessário, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, reabrindo-se os prazos originalmente estabelecidos, conforme o caso.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Esta licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e, quando juridicamente cabível, microempreendedores individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, observados os requisitos e limites legais para fruição do tratamento favorecido.

14.1.1 - A exclusividade aplica-se ao presente certame porque a licitação foi estruturada em 2 (dois) grupos, e o valor estimado de cada grupo, individualmente considerado, é inferior ao limite legal de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, sendo de **R\$ 60.128,19 (sessenta mil, cento e vinte e oito reais e dezenove centavos)** para o Grupo 1 e de **R\$**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

39.693,71 (trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e setenta e um centavos) para o Grupo 2.

14.2 - Será lavrada e divulgada ata circunstanciada de todas as sessões públicas realizadas no sistema eletrônico, contendo, no mínimo, o registro dos principais atos praticados, das decisões adotadas e dos participantes presentes, a qual ficará disponível para consulta pelos interessados.

14.3 - Na hipótese de não haver expediente na data prevista para a realização do certame, ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da sessão pública na data e horário marcados, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo se houver comunicação em contrário do(a) Pregoeiro(a), devidamente divulgada no sistema eletrônico.

14.4 - O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública, sempre que julgar necessário, devendo registrar, no campo de mensagens ("chat") do sistema eletrônico, a motivação da suspensão, bem como informar a nova data e horário previstos para reabertura e prosseguimento da sessão.

14.5 - Todas as referências de tempo constantes deste Edital, bem como aquelas realizadas durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília-DF, independentemente do fuso horário do local de onde o licitante estiver acessando o sistema.

14.6 - Fica assegurado ao Crea-GO o direito de:

14.6.1 - Revogar a licitação por conveniência e oportunidade, devidamente motivadas, vinculadas ao interesse público;

14.6.2 - Anular o procedimento licitatório, de ofício ou mediante provocação, quando constatada ilegalidade insanável, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

14.7 - A homologação do resultado da licitação não implicará direito subjetivo à contratação, cabendo à Administração decidir, motivadamente, pela celebração ou não do ajuste, observados interesse público e disponibilidade orçamentária.

14.8 - O Contrato decorrente desta licitação poderá ser extinto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, nas hipóteses legalmente previstas, devidamente motivadas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando cabíveis. Nas hipóteses de extinção por interesse público, serão devidos à contratada:

14.8.1 - Os pagamentos relativos às parcelas efetivamente executadas do objeto; e

14.8.2 - A indenização pelos prejuízos regularmente comprovados, se for o caso, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

14.9 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas de modo a promover a ampliação da participação de interessados e a competitividade, desde que preservados o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade do certame e a segurança da contratação.

14.10 - Os licitantes assumem, integralmente, todos os custos decorrentes da preparação, elaboração e apresentação de suas propostas, bem como da participação nas demais fases do certame, não cabendo ao Crea-GO qualquer responsabilidade ou ressarcimento, em qualquer hipótese, independentemente do resultado da licitação.

14.11 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.12 - Os prazos somente se iniciarão e vencerão em dias de expediente regular na Administração.

14.13 - O descumprimento de exigências meramente formais, que não sejam consideradas essenciais e não comprometam a isonomia entre os licitantes nem a segurança da contratação, não importará, por si só, na exclusão do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e sejam observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e interesse público.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.14 - Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e aquelas constantes de seus Anexos, bem como de quaisquer outros documentos que integrem o processo licitatório, deverá prevalecer a interpretação que assegure a coerência do objeto, das especificações técnicas e das condições de execução definidas no Termo de Referência, sem prejuízo da promoção, pela Administração, dos ajustes formais que se fizerem necessários.

14.15 - O Edital e todos os seus Anexos estarão disponíveis, na íntegra, para consulta e download, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico do Crea-GO (www.creago.org.br).

14.15.1 - Anexo I – Termo de Referência;

14.15.2 - Anexo II – Modelo de Atestado de Vistoria;

14.15.3 - Anexo III – Modelo de Dispensa de Vistoria;

14.15.4 - Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;

14.15.5 - Anexo V – Minuta de Termo de Contrato.

Goiânia, 24 de abril de 2026

Antonio Carlos Costa de Holanda
Área de Edital e Termo de Referência
Departamento de Licitação







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA


1 - DO OBJETO


1.1 - A contratação tem por objeto a aquisição e instalação de sistema de sonoplastia em 4 (quatro) salas de reuniões do Crea-GO, incluindo 4 (quatro) mesas de som, 55 (cinquenta e cinco) microfones de mesa tipo gooseneck, cabeamento, conectores e serviços de instalação e configuração, com integração aos computadores institucionais em sistema plug and play, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como a aquisição de sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi e os Tripés Profissionais Semi-Hidráulica 180 cm.

Grupo 1					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor estimado (R\$)	
				Unitário	Total
1	 Mesa de Som Interface 12 Canais Mic Series MI-12 Soundcraft, equivalente ou superior, ligar via USB no computador, plug and play.	Un	2	2.313,43	4.626,86
2	 Mesa de Som Interface 16 Canais Mic Series MI-16 Soundcraft, equivalente ou superior, ligar via USB no computador, plug and play.	Un	2	3.777,14	7.554,28



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

3	 <p>Microfone Gooseneck TSI MMF-302, equivalente ou superior - padrão polar cardioide, resposta de frequência 40Hz-16KHz, interface de saída XLR macho, requer energia Phantom Power +48 V (48 V DC), tamanho do corpo compacto 8,5 x 11 cm, garantia 12 meses.</p>	Un	55	790,93	43.501,15
4	Serviço de instalação de áudio: montagem do sistema de microfones e mesa; integração com o computador; cabos de microfone e conectores de interligação; passagem dos cabos nas mesas com multicabo 12 vias, com aproximadamente 56 conectores XLR macho e fêmea.	Serviço	1	4.445,90	4.445,90
Valor total estimado para o Grupo 1 (R\$)				60.128,19	

Grupo 2					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor estimado (R\$)	
				Unitário	Total
1	 <p>Sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi.</p>	Un	4	9.126,65	36.506,60
2	 <p>Tripé Profissional Semi-Hidráulica 180 cm.</p>	Un	4	180,23	720,92
3	Serviço de instalação de vídeo: montagem das câmeras, integração com o computador, cabeamento e infraestrutura elétrica necessária, sistema configurado em modo plug and play.	Serviço	1	2.466,19	2.466,19
Valor total estimado para o Grupo 2 (R\$)				39.693,71	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

1.2 - O valor total estimado da contratação é de **R\$ 99.821,90 (noventa e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

1.3 - O objeto da contratação é composto por bens permanentes de uso comum e respectivos serviços de instalação, observadas as diretrizes de racionalização de gastos e vedação à aquisição de artigos de luxo previstas no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.818/2021, no que couber.

1.4 - Eventuais referências à marcas têm caráter meramente referencial, sendo utilizadas exclusivamente para indicar o padrão técnico, funcional e qualitativo mínimo esperado dos bens, admitindo-se o fornecimento de equipamentos de outras marcas, atendidas, no mínimo, as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e comprovada, por documentação técnica idônea, a equivalência ou superioridade em relação às marcas de referência.

2 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1 - O prazo máximo para fornecimento, instalação e entrega em pleno funcionamento será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados assinatura do Contrato ou de outra data que vier a ser fixada na Autorização de Entrega, quando houver, prorrogável uma única vez, por igual período, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 - A contratação, fundamentada em Estudo Técnico Preliminar aprovado pela Administração, decorre de necessidade institucional concreta e atual de modernizar e adequar tecnologicamente as salas de reuniões do Crea-GO, garantindo condições apropriadas para sessões colegiadas, reuniões técnicas e demais atividades finalísticas, em alinhamento com os princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 - Verificou-se que as salas atualmente não dispõem de sistema fixo e integrado de sonoplastia e videoconferência, fazendo-se uso de equipamentos improvisados ou móveis, o que prejudica a qualidade do áudio e do vídeo, dificulta a realização de reuniões híbridas e aumenta o risco de falhas de comunicação, perda de informações relevantes e remarcação de sessões, com impactos sobre a regularidade das atividades institucionais.

3.3 - Para sanar esse cenário, o Estudo Técnico Preliminar indicou a necessidade de aquisição e instalação de solução própria e permanente, composta por sistema de sonoplastia e videoconferência integrado aos computadores institucionais, abrangendo mesas de som digitais, microfones de mesa tipo gooseneck, câmeras do tipo PTZ, tripés e infraestrutura de cabeamento e alimentação elétrica correspondente, conforme as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

3.4 - Foram avaliadas alternativas como: (i) manutenção do cenário atual com equipamentos improvisados; e (ii) locação pontual de equipamentos para eventos específicos. Concluiu-se que tais alternativas não asseguram padrão mínimo de qualidade técnica, elevam o risco de indisponibilidade em momentos críticos, exigem maior esforço operacional de montagem e desmontagem e tendem a gerar, no médio prazo, custo global mais elevado do que a aquisição e instalação da solução definitiva ora proposta.

3.5 - O objeto foi estruturado em 2 (dois) grupos: (1) Sistema de sonoplastia e (2) sistema de videoconferência, com fundamento no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação de empresas especializadas em cada segmento, preservando a unidade funcional de cada grupo e a plena integração entre os sistemas de áudio e de vídeo em cada sala de reunião.

3.6 - Os bens e serviços que compõem o objeto são padronizados, amplamente disponíveis no mercado e possuem características objetivas de desempenho e qualidade, o que permite sua contratação como bens e serviços comuns,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021, com comparação objetiva entre as propostas e seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

4 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 - A solução escolhida a ser adotada pelo Crea-GO consiste na aquisição e instalação de equipamentos e infraestrutura de sonoplastia e videoconferência, incluindo cabeamento, conectividade, adequações elétricas e suporte técnico inicial, necessários ao pleno funcionamento do sistema nas salas de reuniões, desde a entrega até sua efetiva operação.

4.2 - A solução será implementada mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por grupo.

4.3 - Tratam-se de bens e serviços comuns, padronizados e amplamente ofertados no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, o que viabiliza a comparação objetiva das propostas e a seleção da proposta mais vantajosa, em observância à isonomia, à transparência e à economicidade.

4.4 - A solução proposta não depende de requisitos técnicos ou comerciais incomuns que possam restringir indevidamente a competitividade, sendo composta por equipamentos usuais de áudio e videoconferência e serviços de instalação amplamente disponíveis.

4.5 - Consideradas as características físicas dos ambientes, o número de posições de assento e o padrão de utilização das salas de reuniões do Crea-GO, a solução será composta, de forma integrada, por:

4.5.1 - Nas salas 228 e 229: 1 (uma) mesa de som digital com interface USB de 12 (doze) canais, modelo MI-12 Soundcraft ou equivalente, e 10 (dez) microfones de mesa do tipo gooseneck, modelo TSI MMF-302 ou equivalente, por sala, devidamente instalados, cabeados e configurados em sistema plug and play, de modo a assegurar a participação simultânea dos usuários e a adequada captação de áudio.

4.5.2 - Nas salas 227 e 230: 1 (uma) mesa de som digital com interface USB de 16 (dezesesseis) canais, modelo MI-16 Soundcraft ou equivalente, e 15 (quinze) microfones de mesa do tipo gooseneck, modelo TSI MMF-302 ou equivalente, em cada sala, garantindo cobertura completa entre as posições de assento, com instalação, cabeamento e configuração adequados para uso imediato em sistema plug and play e integração com os computadores institucionais.

4.5.3 - Nas 4 (quatro) salas de reuniões: 4 (quatro) sistemas de videoconferência com câmera DORN do tipo PTZ, 4K, 12x, HDMI, USB, LAN e Wi-Fi, ou equivalente, e 4 (quatro) tripés profissionais semi-hidráulicos de 180 cm, ou equivalentes, destinados ao suporte das câmeras, de forma a assegurar estabilidade, posicionamento adequado e qualidade de captação de imagem para reuniões presenciais, remotas e híbridas, integradas aos sistemas computacionais e de comunicação utilizados pelo Crea-GO.

4.5.4 - Além dos quantitativos mínimos por sala indicados nos subitens 4.5.1 e 4.5.2, deverão ser fornecidos 5 (cinco) microfones de mesa do tipo gooseneck adicionais, idênticos aos especificados, destinados a compor margem de reserva para substituição em caso de falhas, manutenções corretivas ou necessidade de remanejamento entre ambientes, perfazendo o total de 55 (cinquenta e cinco) unidades previsto no Grupo 1 deste Termo de Referência.

4.6 - A solução inclui todos os materiais e serviços necessários à montagem, integração e operacionalização do sistema, compreendendo cabeamento estruturado, conectores XLR e demais conectores de interligação, infraestrutura elétrica complementar, passagem e fixação de cabos, ajustes e testes de funcionamento, bem como a integração dos equipamentos aos computadores institucionais e aos demais dispositivos multimídia utilizados pelo Conselho, garantindo a entrega do sistema instalado, testado e em condições de uso nas 4 (quatro) salas de reuniões abrangidas pela contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Não será permitida a participação de licitantes organizados na forma de consórcio.

5.1.1 - A vedação fundamenta-se na (i) baixa complexidade técnica do objeto, consistente em fornecimento pontual de bens padronizados com instalação e integração simples; (ii) existência de número suficiente de empresas individualmente aptas a executar integralmente o objeto; e (iii) risco de aumento de custos de coordenação, de litígios internos e de complexidade na gestão e fiscalização contratual, sem ganho proporcional de competitividade ou de eficiência.

5.2 - Será admitida a participação de cooperativas, desde que o objeto social seja compatível com as atividades a serem executadas e que demonstre estrutura operacional e administrativa idônea.

5.2.1 - A Administração analisará a documentação apresentada para coibir a atuação de cooperativas de fachada e a utilização da forma cooperativa como mera intermediação de mão de obra em condições análogas à relação de emprego, em alinhamento com a legislação específica e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, preservando a segurança jurídica, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa.

5.3 - Além dos critérios eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos de sustentabilidade, com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na legislação ambiental e na viabilidade técnica e econômica da solução proposta:

5.3.1 - Preferência por equipamentos com maior vida útil e maior eficiência energética, de forma a reduzir consumo de energia, custos de operação/manutenção e impactos ambientais associados ao ciclo de vida dos bens;

5.3.2 - Preferência por materiais recicláveis ou reciclados nos acessórios e embalagens, sempre que tecnicamente viável e economicamente compatível, incentivando a redução de resíduos e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis na cadeia de fornecimento.

5.3.3 - Previsão de que as embalagens e, quando for o caso, os equipamentos substituídos sejam encaminhados para logística reversa e destinação ambientalmente adequada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e regulamentação aplicável a produtos eletroeletrônicos.

5.3.4 - Incentivo ao fornecimento de manuais em meio digital, quando compatível com a legislação aplicável e com as necessidades de acessibilidade, de forma a reduzir o consumo de papel.

5.4 - As marcas mencionadas neste Termo de Referência (como MI-12 Soundcraft, MI-16 Soundcraft, TSI MMF-302, DORN, entre outras) têm caráter exclusivamente referencial, servindo apenas para indicar o padrão técnico, funcional e qualitativo mínimo esperado dos bens.

5.4.1 - Será admitido o fornecimento de produtos de qualquer marca, desde que tecnicamente equivalentes ou superiores às referências indicadas, devendo o licitante comprovar a equivalência por meio de catálogos, fichas técnicas, certificações ou documentação idônea emitida pelo fabricante ou organismos de avaliação da conformidade.

5.4.2 - A Administração poderá realizar testes e avaliações técnicas para confirmar a equivalência, preservando a isonomia entre licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa.

5.5 - Os equipamentos entregues serão submetidos a avaliação técnica por ocasião do recebimento provisório, em cada sala de reuniões, para verificação de aderência às especificações deste Termo de Referência. Serão avaliados, no mínimo:

5.5.1 - Itens de sonoplastia: funcionamento dos canais das mesas de som, recursos de equalização e conectividade USB em modo plug and play; clareza e ausência de ruídos e/ou distorções relevantes; funcionamento, sensibilidade e características dos microfones gooseneck (frequência, padrão polar, alimentação, interface); compatibilidade com os sistemas existentes;

5.5.2 - Itens de videoconferência: resolução e nitidez de imagem em 4K; funcionamento do zoom óptico mínimo de 12x; estabilidade de movimento; funcionamento das interfaces HDMI, USB, LAN e Wi-Fi; integração com os softwares de comunicação utilizados pelo Crea-GO; estabilidade e robustez dos tripés de 180 cm (ou equivalentes).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5.6 - A Contratada deverá fornecer todos os cabos, fontes, acessórios, softwares e licenças necessários aos testes, bem como manuais em língua portuguesa (impressos ou digitais).

5.7 - Constatadas desconformidades relevantes ou defeitos que comprometam o desempenho, o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, devendo a Contratada promover a substituição às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.8 - Os procedimentos e resultados da avaliação técnica serão registrados em relatório próprio, de modo a assegurar rastreabilidade, julgamento objetivo e transparência perante os órgãos de controle.

5.9 - Quando o licitante atuar como revendedor, distribuidor ou representante comercial, será exigida carta de solidariedade, carta de apoio técnico ou documento equivalente, emitido pelo fabricante dos equipamentos principais (mesas de som, microfones e câmeras), declarando ciência da participação do licitante na licitação e comprometendo-se a garantir suporte técnico, fornecimento de peças de reposição, atualizações de firmware/software e assistência técnica especializada durante todo o período de garantia.

5.9.1 - A exigência visa assegurar a rastreabilidade da origem dos equipamentos, a legitimidade da cadeia de fornecimento e a continuidade do suporte do fabricante, reduzindo o risco de descontinuidade na manutenção e de obsolescência prematura.

5.10 - A garantia legal dos bens observará o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), assegurando, para bens duráveis, prazo mínimo de **90 (noventa) dias** a partir do recebimento definitivo. Além disso, a Contratada deverá conceder garantia contratual complementar de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o Crea-GO, devendo apresentar documento formal de garantia, com prazo, escopo de cobertura e canais de atendimento.

5.11 - Durante os prazos de garantia legal e contratual, a Contratada deverá, sem ônus para o Contratante, realizar manutenção corretiva dos equipamentos sempre que apresentarem vícios ou defeitos de fabricação ou de funcionamento que não sejam decorrentes de uso inadequado, incluindo, se necessário, a substituição de peças defeituosas por peças novas e originais (ou equivalentes superiores), ajustes, calibrações e reparos indispensáveis ao restabelecimento do seu funcionamento regular, abrangidos mão de obra, deslocamentos e fretes.

5.11.1 - Entende-se por manutenção corretiva a correção de defeitos e falhas de funcionamento que impeçam ou comprometam o uso adequado dos equipamentos, vedada a utilização de peças usadas, recondicionadas ou de qualidade inferior às originalmente empregadas.

5.12 - A Contratada deverá reparar ou substituir equipamentos defeituosos no prazo máximo de **7 (sete) dias úteis**, contados da retirada do equipamento ou da ciência formal da ocorrência, conforme definido na execução contratual.

5.12.1 - O descumprimento injustificado desse prazo poderá ensejar a contratação de terceiros, às expensas da Contratada, além da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.

5.13 - Não será exigida garantia de execução contratual (arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021), por se tratar de fornecimento de bens com instalação pontual, de baixa complexidade técnica, valor moderado e riscos considerados reduzidos na matriz de riscos desta contratação.

5.13.1 - A exigência de garantia implicaria custos financeiros relevantes para os licitantes, com provável repasse ao preço, sem incremento proporcional na segurança da execução. Os riscos remanescentes serão mitigados por meio da exigência de qualificação técnica, do regime de garantias legais e contratuais dos bens, dos mecanismos de fiscalização e das sanções contratuais, preservando o equilíbrio entre proteção do interesse público e economicidade.

5.13.2 - A ausência de garantia de execução contratual não exime a Contratada da responsabilidade integral pelo adimplemento das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade dos bens, ao cumprimento dos prazos, à adequada instalação e à integração dos sistemas de sonoplastia e videoconferência.

5.13.3 - Em caso de inadimplemento, o Crea-GO poderá aplicar sanções, rescindir o Contrato, cobrar perdas e danos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

adotar outras medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

5.14 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

5.14.1 - A Contratada será a única responsável pelo fornecimento, instalação, integração e ajustes técnicos dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, de forma a garantir unidade de projeto, padronização tecnológica, simplificar a gestão e fiscalização contratual e responsabilização direta por eventuais falhas, evitando-se a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos executores.

5.15 - Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá considerar que assumirá integralmente todos os riscos e custos relacionados ao fornecimento dos equipamentos, à instalação, à integração dos sistemas e ao cumprimento das obrigações de garantia, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das condições de execução, insuficiência de preços ou necessidade de subcontratação como justificativa para descumprimento contratual, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, na forma da Lei nº 14.133/2021.

5.16 - Para assegurar pleno conhecimento das condições locais e adequada formulação da proposta, será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços, acompanhada por Fiscal do Contrato designado pela Contratante.

5.16.1 - A vistoria prévia deverá ser agendada previamente junto ao Departamento de Apoio ao Colegiado do Crea-GO pelo telefone (62) 3221-6254, das 8 h às 11 h ou das 14 h às 16 h, em dias úteis, durante a vigência do prazo de vistoria.

5.16.2 - O prazo para realização da vistoria começará no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital e se estenderá até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;

5.16.3 - A licitante ou representante legal deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento oficial de identidade e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para realizar a vistoria.

5.16.4 - A vistoria é facultativa; sua não realização não poderá servir de fundamento para impugnações técnicas, alegações de omissão, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou divergências de projeto ou valores; a licitante assume total responsabilidade pela decisão de não vistoriar.

5.16.5 - Na hipótese de não vistoria, a licitante poderá apresentar Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada por responsável técnico habilitado, atestando expressamente que possui pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução do objeto, assumindo inteira responsabilidade técnica e contratual por essa decisão.

6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 - A execução do objeto consistirá no fornecimento, instalação, integração e configuração dos sistemas de sonoplastia e videoconferência nas salas de reuniões do Crea-GO, com entrega dos bens totalmente instalados e em pleno funcionamento, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da assinatura do Contrato ou de outra data expressamente fixada em Autorização de Entrega.

6.2 - Os bens deverão ser entregues, instalados e integrados nas salas de reuniões do Crea-GO situadas na Rua 239, nº 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, ou em outro local no mesmo município que venha a ser indicado pela Administração, mediante comunicação prévia.

6.3 - Concluída a instalação e integração, será realizado o recebimento físico dos bens pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, com realização de testes de funcionamento. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de **7 (sete) dias**, contado da entrega, mediante registro em documento próprio.

6.4 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, na fase de recebimento provisório, quando em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta da Contratada, devendo ser substituídos, corrigidos ou reparados, às expensas da Contratada, no prazo máximo de **7 (sete) dias**, contados da notificação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

6.5 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de **3 (três) dias**, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens com as especificações deste Termo de Referência e com a proposta, mediante termo de recebimento definitivo ou documento equivalente.

6.6 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá, em qualquer hipótese, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, funcionalidade e adequação dos equipamentos, nem pelo saneamento de vícios e defeitos durante o prazo de garantia e demais períodos de responsabilidade previstos em lei e neste Termo de Referência.

7 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas, com este Termo de Referência e com a Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais, bem como por gestor do Contrato, todos designados formalmente pela autoridade competente, nos termos da legislação e das normas internas do Crea-GO, com registro nos autos da contratação.

7.2.1 - O(s) fiscal(is) do Contrato anotará(ão), em registro próprio, físico ou eletrônico, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual e determinará(ão) o necessário para regularização de faltas ou defeitos observados.

7.2.2 - O(s) fiscal(is) do Contrato informará(ão), em tempo hábil, ao gestor do Contrato as situações que demandarem decisão que ultrapasse sua competência, inclusive quanto à aplicação de sanções, alterações contratuais, rescisão e retenção de pagamentos.

7.2.3 - Caberá ao gestor do Contrato coordenar a atuação dos fiscais, consolidar as informações sobre a execução, promover a interlocução com as áreas demandante, técnica, de compras e orçamentária e submeter à autoridade competente as propostas de medidas corretivas ou sancionatórias.

7.3 - A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, inadequações, falhas de desempenho ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.4 - A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, bem como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos aos seus empregados, prepostos ou subcontratados vedados, não se estabelecendo vínculo empregatício com o Crea-GO.

7.5 - As comunicações entre gestor, fiscais do Contrato e Contratada serão realizadas, preferencialmente, por escrito, em meio físico ou eletrônico.

7.6 - Antes da emissão da nota de empenho, da autorização de fornecimento e de cada pagamento, deverá ser consultada a situação da Contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou sistema equivalente, para verificação da manutenção das condições de habilitação e da inexistência de sanções impeditivas de licitar e contratar.

7.7 - Constatadas irregularidades que afetem as condições de habilitação da Contratada ou ausência de informações atualizadas em cadastros oficiais, o Contratante poderá exigir a apresentação, em meio físico ou eletrônico, dos documentos de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em prazo a ser estabelecido, sob pena de suspensão de pagamentos e adoção das medidas administrativas cabíveis.

7.7.1 - Quando não for possível comprovar a regularidade exclusivamente por consulta ao SICAF ou sistemas integrados, serão exigidos, no mínimo:

- a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Créditos Tributários Federais e da Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.7.2 - A apresentação desses documentos constituem condição para assinatura do contrato, emissão da nota de empenho e realização de cada pagamento. A persistência de irregularidade, após notificação para regularização em prazo razoável, poderá ensejar suspensão de pagamentos, rescisão contratual e aplicação de sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no Contrato.

8 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 - A medição do objeto será realizada de forma global, em etapa única, por grupo de itens, após a entrega integral, a instalação, a integração e a colocação em funcionamento dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, de acordo com a proposta vencedora e com este Termo de Referência.

8.1.1 - A emissão da nota fiscal/fatura somente ocorrerá após a conclusão da entrega e instalação dos equipamentos e será precedida do recebimento definitivo do objeto.

8.2 - Quando houver glosa parcial do objeto, em razão de rejeição, substituição ou ajuste de itens, o Contratante comunicará formalmente à Contratada o valor reconhecido, cabendo a esta emitir nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado, compatível com a parcela efetivamente aceita.

8.3 - O setor competente para liquidação e pagamento verificará se a nota fiscal/fatura apresentada contém, no mínimo:

8.3.1 - Prazo de validade;

8.3.2 - Data de emissão;

8.3.3 - Dados completos da Contratada e do Crea-GO, com indicação do número do Contrato e, quando for o caso, da Autorização de Entrega;

8.3.4 - Descrição sintética do objeto ou etapa concluída;

8.3.5 - Valor a pagar, discriminado por grupos ou itens, conforme a proposta vencedora; e

8.3.6 - Destaque dos tributos incidentes e das retenções obrigatórias, quando cabíveis.

8.4 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, divergência em relação à medição, ausência de elementos essenciais ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada sane a irregularidade.

8.4.1 - Nessa hipótese, o prazo para pagamento contará a partir da comprovação da regularização, não sendo devido qualquer ônus adicional decorrente de atraso imputável à Contratada.

8.5 - A nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada, mediante consulta a sistemas oficiais integrados (como o SICAF) ou, quando necessário, pela apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.6 - Previamente à emissão da nota de empenho e a cada pagamento, o Crea-GO realizará consulta em sistemas e cadastros oficiais, inclusive no SICAF ou equivalente, para:

8.6.1 - Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas na licitação; e

8.6.2 - Identificar a existência de sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público.

8.7 - Os prazos máximos para liquidação e pagamento observarão a legislação aplicável e os limites:

8.7.1 - Até **15 (quinze) dias úteis** para a liquidação da despesa, contados do recebimento válido da nota fiscal pela Administração; e

8.7.2 - Até **15 (quinze) dias úteis** para o pagamento, contados da data da liquidação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

8.8 - Constatada irregularidade relevante na situação de habilitação, regularidade fiscal, previdenciária ou trabalhista da Contratada, esta será notificada, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

8.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante poderá:

8.9.1 - Comunicar o fato aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada e à existência de pagamento a ser efetuado; e

8.9.2 - Adotar medidas de controle cabíveis, como retenção ou compensação de valores e suspensão de pagamentos, sem prejuízo da instauração de procedimento para rescisão contratual e aplicação de sanções.

8.10 - Havendo efetiva execução de parte do objeto até a ocorrência da irregularidade, a Administração avaliará a conveniência e a legalidade de efetuar os pagamentos relativos às parcelas já executadas e comprovadamente recebidas, consideradas as regras de controle, a vedação ao enriquecimento sem causa e as orientações dos órgãos de controle.

8.11 - Quando do pagamento, serão efetuadas retenções tributárias previstas na legislação aplicável, independentemente dos percentuais indicados na proposta, na planilha de custos ou na nota fiscal/fatura, cabendo à Contratada o recolhimento dos demais tributos não sujeitos à retenção.

8.12 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que comprove seu enquadramento mediante documento oficial idôneo.

8.12.1 - A Contratada deverá comunicar de imediato qualquer alteração em seu regime tributário que implique perda ou modificação dessa condição.

9 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - Crea-GO para o exercício de 2026: Conta 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas, Equipamentos e Aparelhos.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Este Termo de Referência foi elaborado pelo Departamento de Apoio ao Colegiado, através de sua servidora e gestora Karolinne Luiza Pereira, em conformidade com a legislação específica e a necessidade da Administração, e aprovado pela autoridade competente, o Presidente do Crea-GO, Engenheiro Lamartine Moreira Júnior.

Goiânia, 6 de fevereiro de 2026.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO II - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

DECLARO, para os devidos fins, em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90006/2026**, que eu, _____
_____ (nome completo do responsável técnico ou representante
da empresa), _____ (profissão), CPF n.º _____,
Crea-____(UF) n.º _____(quando responsável técnico), na qualidade de responsável técnico
e/ou representante legal da empresa _____
_____(razão social), CNPJ n.º _____, com sede à _____
_____(endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

REALIZEI VISTORIA TÉCNICA PRESENCIAL nas dependências da sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, na Rua 239, nº 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, com o objetivo de verificar as condições locais necessárias ao fornecimento, instalação, integração e funcionamento dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, compreendendo, quando aplicável:

- Condições técnicas, operacionais e logísticas para instalação dos equipamentos;
- Infraestrutura existente de rede lógica, energia elétrica, mobiliário e pontos de integração necessários à execução do objeto;
- Condições físicas dos ambientes das salas de reuniões abrangidas pela contratação;
- Eventuais necessidades de compatibilização técnica com a infraestrutura existente;
- Aspectos relacionados ao acesso, instalação, testes e colocação em funcionamento da solução.

DECLARO, ainda, que obtive as informações necessárias à formulação da proposta, estando ciente das condições locais e técnicas para a execução do objeto, comprometendo-me a executar os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos.

_____(Cidade), aos _____ dias do mês de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)
(CPF n.º: _____)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO III – MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA

DECLARO, para os devidos fins, em atendimento ao **Edital do Pregão Eletrônico n.º 90006/2026**, que eu, _____
_____ (nome completo do responsável técnico ou representante
da empresa), _____ (profissão), CPF n.º _____,
Crea-____(UF) n.º _____ (quando responsável técnico), na qualidade de responsável técnico
e/ou representante legal da empresa _____
_____ (razão social), CNPJ n.º _____, com sede à _____
_____ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

OPTO pela não realização da vistoria prévia e **DECLARO**, para fins de elaboração da proposta comercial, que possuo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, relacionadas ao fornecimento, instalação, integração e colocação em funcionamento dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, com base nas informações e documentos disponibilizados no processo licitatório.

ASSUMO integral responsabilidade por essa opção, ciente de que a não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para questionamentos futuros, alegações de desconhecimento, omissões, pleitos técnicos, financeiros ou pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro relacionados às condições locais de execução.

_____ (Cidade), aos _____ dias do mês de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)
(CPF N.º: _____)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL


PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
CARGO/FUNÇÃO:			

DISCRIMINAÇÃO



Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a aquisição e instalação de sistema de sonoplastia em 4 (quatro) salas de reuniões do Crea-GO, incluindo 4 (quatro) mesas de som, 55 (cinquenta e cinco) microfones de mesa tipo gooseneck, cabeamento, conectores e serviços de instalação e configuração, com integração aos computadores institucionais em sistema plug and play, bem como a aquisição de sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi e os Tripés Profissionais Semi-Hidráulica 180 cm, conforme as especificações do Anexo I – Termo de Referência, integrante deste Edital.

A proposta abrange a totalidade dos itens que compõem o(s) grupo(s) cotado(s), observadas as condições, quantitativos e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Grupo 1					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor proposto (R\$)	
				Unitário	Total
1	 Mesa de Som Interface 12 Canais Mic Series MI-12 Soundcraft, equivalente ou superior, ligar via USB no computador, plug and play.	Un	2		




**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO**

2		Un	2		
	Mesa de Som Interface 16 Canais Mic Series MI-16 Soundcraft, equivalente ou superior, ligar via USB no computador, plug and play.				
3		Un	55		
	Microfone Gooseneck TSI MMF-302, equivalente ou superior – padrão polar cardioide, resposta de frequência 40Hz-16KHz, interface de saída XLR macho, requer energia Phantom Power +48 V (48 V DC), tamanho do corpo compacto 8,5 x 11 cm, garantia 12 meses.				
4	Serviço de instalação de áudio: montagem do sistema de microfones e mesa; integração com o computador; cabos de microfone e conectores de interligação; passagem dos cabos nas mesas com multicabo 12 vias, com aproximadamente 56 conectores XLR macho e fêmea.	Serviço	1		
Valor total proposto para o Grupo 1 (R\$)					

Grupo 2					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor proposto (R\$)	
				Unitário	Total
1		Un	4		
	Sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi.				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

2	 Tripé Profissional Semi-Hidráulica 180 cm.	Un	4		
3	Serviço de instalação de vídeo: montagem das câmeras, integração com o computador, cabeamento e infraestrutura elétrica necessária, sistema configurado em modo plug and play.	Serviço	1		
Valor total proposto para o Grupo 2 (R\$)					

Declaramos que os valores ofertados nesta proposta abrangem, de forma integral, definitiva e irretratável, todos os custos, encargos, tributos, despesas administrativas e operacionais, lucro, deslocamentos, diárias, seguros, montagem, instalação, configuração, integração, testes de funcionamento, equipamentos, materiais, cabeamento, conectores, suprimentos, reposição de peças, garantia, assistência técnica e quaisquer outros insumos necessários à fiel execução do objeto contratado, conforme detalhado nos documentos que compõem o processo licitatório. Diante disso, assumimos o compromisso de não pleitear, em nenhuma hipótese, reequilíbrio de preços com base em omissões, erros de cálculo ou estimativas inadequadas constantes da presente proposta.

Declaramos sob as penas da lei, que inexistem fatos supervenientes que possam nos tornar inabilitados para participar do certame, comprometendo-nos a comunicar prontamente à Administração qualquer alteração superveniente que comprometa as condições ora declaradas.

Reconhecemos e declaramos, por fim, que temos pleno conhecimento de todas as condições, exigências e cláusulas constantes do Edital e de seus Anexos, bem como da legislação aplicável à matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, e que os aceitamos de forma integral, irretratável e sem quaisquer ressalvas.

**A proposta deve abranger a totalidade dos itens que compõem o(s) grupo(s) cotado(s), conforme o Edital.*

DADOS BANCÁRIOS

Banco: _____ N.º da agência: _____

Conta-Corrente Pessoa Jurídica: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (observar o prazo mínimo previsto no Edital)

<Cidade>, _____ de _____ de 2026.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo CNPJ:

Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.

Quando não for sócio/diretor figurante dos estatutos sociais, apresentar respectiva procuração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90006/2026

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE BENS
COM INSTALAÇÃO QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO
REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
- CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

1 - DAS PARTES

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Lamartine Moreira Junior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º XX3.195.7XX-XX, RG n.º 1967XXX – SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital.

CONTRATADA: _____

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente Contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 90006/2026, realizado em 14 de maio de 2026, em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 32781/2026, parte integrante do presente Contrato, regendo-o, no que for omissivo.




3 - DO OBJETO

3.1 - O objeto do presente Contrato é a aquisição e instalação de sistema de sonoplastia em 4 (quatro) salas de reuniões do Crea-GO, incluindo 4 (quatro) mesas de som, 55 (cinquenta e cinco) microfones de mesa tipo gooseneck, cabeamento, conectores e serviços de instalação e configuração, com integração aos computadores institucionais em sistema plug and play, bem como a aquisição de sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi e os Tripés Profissionais Semi-Hidráulica 180 cm, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

3.1.1 - O objeto será executado sob a forma dos grupos adjudicados à Contratada, nos prazos e condições definidos no Termo de Referência e neste Contrato:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Grupo 1					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	 <p>Mesa de Som Interface 12 Canais Mic Series MI-12 Soundcraft, equivalente ou superior, ligar via USB no computador, plug and play.</p>	Un	2		
2	 <p>Mesa de Som Interface 16 Canais Mic Series MI-16 Soundcraft, equivalente ou superior, ligar via USB no computador, plug and play.</p>	Un	2		
3	 <p>Microfone Gooseneck TSI MMF-302, equivalente ou superior – padrão polar cardioide, resposta de frequência 40Hz-16KHz, interface de saída XLR macho, requer energia Phantom Power +48 V (48 V DC), tamanho do corpo compacto 8,5 x 11 cm, garantia 12 meses.</p>	Un	55		
4	<p>Serviço de instalação de áudio: montagem do sistema de microfones e mesa; integração com o computador; cabos de microfone e conectores de interligação; passagem dos cabos nas mesas com multicabo 12 vias, com aproximadamente 56 conectores XLR macho e fêmea.</p>	Serviço	1		
Valor total do Grupo 1 (R\$)					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

Grupo 2					
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
1	 Sistema de videoconferência com Câmera DORN PTZ, 4K, 12X, HDMI, USB, LAN, Wi-Fi.	Un	4		
2	 Tripé Profissional Semi-Hidráulica 180 cm.	Un	4		
3	Serviço de instalação de vídeo: montagem das câmeras, integração com o computador, cabeamento e infraestrutura elétrica necessária, sistema configurado em modo plug and play.	Serviço	1		
Valor total do Grupo 2 (R\$)					

3.2 - O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme proposta comercial vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90006/2026, correspondente ao valor global do(s) grupo(s) adjudicado(s), observado o detalhamento constante do Termo de Referência e da Proposta da Contratada.

3.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.3.1 - O Termo de Referência;

3.3.2 - Todo o teor do Processo Administrativo da Contratante de n.º 32781/2026;

3.3.3 - O Edital da Licitação;

3.3.4 - A Proposta da Contratada;

3.3.5 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

4 - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo máximo para fornecimento, instalação e entrega em pleno funcionamento será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da assinatura do Contrato ou de outra data que vier a ser fixada na Autorização de Entrega, quando houver, prorrogável uma única vez, por igual período, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - A execução do objeto consistirá no fornecimento, instalação, integração e configuração dos sistemas de sonoplastia e videoconferência nas salas de reuniões do Crea-GO, com entrega dos bens totalmente instalados e em pleno funcionamento, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados da assinatura do Contrato ou de outra data expressamente fixada em Autorização de Entrega.

5.2 - Os bens deverão ser entregues, instalados e integrados nas salas de reuniões do Crea-GO situadas na Rua 239, nº 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, ou em outro local no mesmo município que venha a ser indicado pela Administração, mediante comunicação prévia.

5.3 - A Contratada será responsável pelo fornecimento integral dos equipamentos, materiais, acessórios, cabos, conectores e demais itens necessários à perfeita execução do objeto, bem como pela instalação, integração, configuração, ajustes e testes indispensáveis ao pleno funcionamento dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, em conformidade com este Contrato e com o Termo de Referência.

5.4 - A Contratada deverá executar todos os serviços necessários à implantação física e funcional da solução contratada, compreendendo, no que couber, montagem dos equipamentos, passagem e organização de cabos, interligação entre os componentes, integração com os computadores institucionais e realização dos testes de funcionamento, de modo a assegurar a entrega do objeto em condições de uso imediato.

5.5 - A Contratada deverá observar as condições locais de execução e adotar as providências técnicas necessárias à adequada instalação dos equipamentos nas salas de reuniões abrangidas pela contratação, responsabilizando-se pela compatibilização dos bens fornecidos com a infraestrutura existente, naquilo que estiver previsto no Termo de Referência.

5.5.1 - Caberá à Contratada fornecer todos os suportes, acessórios, materiais de instalação, cabeamento, conectores, fontes, componentes e demais insumos necessários à completa instalação e ao regular funcionamento dos sistemas contratados, salvo disposição expressa em contrário no Termo de Referência.

5.5.2 - Quando for constatado que os bens fornecidos não apresentam as especificações exigidas, a Contratada deverá substituí-los por outros compatíveis, sem ônus adicionais ao Crea-GO.

5.5.3 - O ambiente utilizado para os serviços de entrega e instalação deverá ser mantido limpo, cabendo à Contratada a retirada dos resíduos provenientes da execução dos serviços e da instalação dos equipamentos.

5.5.4 - No caso de dano a qualquer parte das instalações, mobiliários, equipamentos ou demais bens do Crea-GO, decorrente da execução do objeto, a Contratada deverá promover o reparo, a recomposição ou a substituição do bem afetado, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais e legais.

5.5.5 - A Contratada deverá contar com mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para o fornecimento, instalação, integração, configuração e testes dos equipamentos e sistemas, responsabilizando-se também pelo cumprimento das normas relativas à segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos na execução contratual.

5.6 - Concluída a instalação e integração, será realizado o recebimento físico dos bens pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, com realização de testes de funcionamento. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de **7 (sete) dias**, contado da entrega, mediante registro em documento próprio.

5.6.1 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, na fase de recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações deste Contrato, do Termo de Referência ou da proposta da Contratada, devendo ser substituídos, corrigidos ou reparados, às expensas da Contratada, no prazo máximo de **7 (sete) dias**, contados da notificação.

5.6.2 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de **3 (três) dias**, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens com as especificações deste Contrato, do Termo de Referência e da proposta, mediante termo de recebimento definitivo ou documento equivalente.

5.6.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá, em qualquer hipótese, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, funcionalidade e adequação dos equipamentos, nem pelo saneamento de vícios e defeitos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

durante o prazo de garantia e demais períodos de responsabilidade previstos em lei, neste Contrato e no Termo de Referência.

5.7 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas, com o Termo de Referência e com a Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.8 - A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais, bem como por gestor do Contrato, todos designados formalmente pela autoridade competente, nos termos da legislação e das normas internas do Crea-GO, com registro nos autos da contratação.

5.8.1 - O(s) fiscal(is) do Contrato anotar(ão), em registro próprio, físico ou eletrônico, todas as ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual e determinará(ão) o necessário para regularização de faltas ou defeitos observados.

5.8.2 - O(s) fiscal(is) do Contrato informará(ão), em tempo hábil, ao gestor do Contrato as situações que demandarem decisão que ultrapasse sua competência, inclusive quanto à aplicação de sanções, alterações contratuais, extinção contratual e retenção de pagamentos.

5.8.3 - Caberá ao gestor do Contrato coordenar a atuação dos fiscais, consolidar as informações sobre a execução, promover a interlocução com as áreas demandante, técnica, de compras e orçamentária e submeter à autoridade competente as propostas de medidas corretivas ou sancionatórias.

5.8.4 - A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração, durante a execução do Contrato, para representá-la perante o Crea-GO sempre que necessário.

5.8.5 - A indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada pelo Crea-GO, desde que de forma justificada, devendo a Contratada designar outro profissional.

5.9 - A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual em que se verificarem vícios, defeitos, inadequações, falhas de desempenho ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais empregados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.10 - A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, bem como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos aos seus empregados, prepostos ou subcontratados vedados, não se estabelecendo vínculo empregatício com o Crea-GO.

5.11 - As comunicações entre gestor, fiscais do Contrato e Contratada serão realizadas, preferencialmente, por escrito, em meio físico ou eletrônico.

5.12 - Antes da emissão da nota de empenho, da autorização de fornecimento e de cada pagamento, deverá ser consultada a situação da Contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou sistema equivalente, para verificação da manutenção das condições de habilitação e da inexistência de sanções impeditivas de licitar e contratar.

5.13 - Constatadas irregularidades que afetem as condições de habilitação da Contratada ou ausência de informações atualizadas em cadastros oficiais, o Contratante poderá exigir a apresentação, em meio físico ou eletrônico, dos documentos de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em prazo a ser estabelecido, sob pena de suspensão de pagamentos e adoção das medidas administrativas cabíveis.

5.13.1 - Quando não for possível comprovar a regularidade exclusivamente por consulta ao SICAF ou sistemas integrados, serão exigidos, no mínimo:

- a) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Créditos Tributários Federais e da Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.13.2 - A apresentação desses documentos constitui condição para assinatura do Contrato, emissão da nota de empenho e realização de cada pagamento. A persistência de irregularidade, após notificação para regularização em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

prazo razoável, poderá ensejar suspensão de pagamentos, extinção contratual e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no Contrato.

5.14 - Após a assinatura do Contrato, a Administração poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial, destinada à apresentação das obrigações contratuais, das rotinas de acompanhamento e fiscalização, dos procedimentos de recebimento do objeto e das sanções aplicáveis.

6 - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 - É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

6.1.1 - A Contratada será a única responsável pelo fornecimento, instalação, integração e ajustes técnicos dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, de forma a garantir a unidade de projeto, padronização tecnológica, simplificar a gestão e fiscalização contratual e a responsabilização direta por eventuais falhas, evitando-se a fragmentação de responsabilidades entre múltiplos executores.

6.2 - A Contratada assumirá integralmente todos os riscos e custos relacionados ao fornecimento dos equipamentos, à instalação, à integração dos sistemas e cumprimento das obrigações de garantia, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das condições de execução, insuficiência de preços ou necessidade de subcontratação como justificativa para descumprimento contratual, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas, na forma da Lei nº 14.133/2021.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 - O valor total da contratação, na forma da proposta vencedora adjudicada no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 90006/2026, é de R\$ _____ (_____), já incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas operacionais, deslocamentos, diárias, seguros, fretes, montagem, instalação, integração, testes de funcionamento, equipamentos, materiais, cabeamento, conectores, suprimentos, reposição de peças, garantia, assistência técnica e quaisquer outros encargos incidentes, não cabendo à Contratante qualquer pagamento adicional sob qualquer pretexto.

7.2 - A medição do objeto será realizada de forma global, em etapa única, por grupo de itens, após a entrega integral, a instalação, a integração e a colocação em funcionamento dos sistemas de sonoplastia e videoconferência, de acordo com a proposta vencedora, com este Contrato e com o Termo de Referência.

7.2.1 - A emissão da nota fiscal/fatura somente ocorrerá após a conclusão da entrega e instalação dos equipamentos e será precedida do recebimento definitivo do objeto.

7.3 - Quando houver glosa parcial do objeto, em razão de rejeição, substituição ou ajuste de itens, o Contratante comunicará formalmente à Contratada o valor reconhecido, cabendo a esta emitir nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado, compatível com a parcela efetivamente aceita.

7.4 - O setor competente para liquidação e pagamento deverá verificar se a nota fiscal/fatura apresentada contém:

7.4.1 - Prazo de validade;

7.4.2 - Data de emissão;

7.4.3 - Dados completos da Contratada e do Crea-GO, com indicação do número do Contrato e, quando for o caso, da Autorização de Entrega;

7.4.4 - Descrição sintética do objeto ou etapa concluída;

7.4.5 - Valor a pagar, discriminado por grupos ou itens, conforme a proposta vencedora; e

7.4.6 - Destaque dos tributos incidentes e das retenções obrigatórias, quando cabíveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.5 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, divergência em relação à medição, ausência de elementos essenciais ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada sane a irregularidade.

7.5.1 - Nessa hipótese, o prazo para pagamento contará a partir da comprovação da regularização, não sendo devido qualquer ônus adicional decorrente de atraso imputável à Contratada.

7.6 - A nota fiscal/fatura deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada, mediante consulta a sistemas oficiais integrados (como o SICAF) ou, quando necessário, pela apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.7 - Previamente à emissão da nota de empenho e a cada pagamento, o Crea-GO realizará consulta em sistemas e cadastros oficiais, inclusive no SICAF ou equivalente, para:

7.7.1 - Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas na licitação; e

7.7.2 - Identificar a existência de sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público.

7.8 - Os prazos máximos para liquidação e pagamento observarão a legislação aplicável e os limites:

7.8.1 - Até **15 (quinze) dias úteis** para a liquidação da despesa, contados do recebimento válido da nota fiscal pela Administração; e

7.8.2 - Até **15 (quinze) dias úteis** para o pagamento, contados da data da liquidação.

7.9 - Constatada irregularidade relevante na situação de habilitação, regularidade fiscal, previdenciária ou trabalhista da Contratada, esta será notificada, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

7.10 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante poderá:

7.10.1 - Comunicar o fato aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada e à existência de pagamento a ser efetuado; e

7.10.2 - Adotar medidas de controle cabíveis, como retenção ou compensação de valores e suspensão de pagamentos, sem prejuízo da instauração de procedimento para extinção contratual e aplicação de sanções.

7.11 - Havendo efetiva execução de parte do objeto até a ocorrência da irregularidade, a Administração avaliará a conveniência e a legalidade de efetuar os pagamentos relativos às parcelas já executadas e comprovadamente recebidas, consideradas as regras de controle, a vedação ao enriquecimento sem causa e as orientações dos órgãos de controle.

7.12 - Quando do pagamento, serão efetuadas retenções tributárias previstas na legislação aplicável, independentemente dos percentuais indicados na proposta, na planilha de custos ou na nota fiscal/fatura, cabendo à Contratada o recolhimento dos demais tributos não sujeitos à retenção.

7.13 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos impostos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que comprove seu enquadramento mediante documento oficial idôneo.

7.13.1 - A Contratada deverá comunicar de imediato qualquer alteração em seu regime tributário que implique perda ou modificação dessa condição.

7.14 - É vedado pagamento antecipado, total ou parcial, ressalvadas as hipóteses excepcionais legalmente admitidas e devidamente justificadas, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.15 - Nenhum pagamento será realizado enquanto houver:

7.15.1 - Pendência de regularização contratual relevante;

7.15.2 - Documentação fiscal em desconformidade com as exigências deste Contrato; ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

7.15.3 - Inadimplemento da Contratada quanto às suas obrigações legais, fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, quando impeditivo da liquidação da despesa.

7.16 - Caso o pagamento não ocorra nos prazos estipulados nesta cláusula, desde que a Contratada não tenha dado causa ao atraso, incidirão encargos moratórios calculados na forma da legislação aplicável.

8 - DO REAJUSTE

8.1 - Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados da data do orçamento estimado que embasou a contratação ou da data da proposta da Contratada, prevalecendo a que for mais antiga, conforme a legislação aplicável às contratações públicas.

8.2 - Decorrido o interregno de **12 (doze) meses**, e independentemente de solicitação da Contratada, os preços serão reajustados pelo Crea-GO mediante aplicação da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de **12 (doze) meses** será contado a partir do início dos efeitos financeiros do último reajuste aplicado, vedada a redução desse lapso anual.

8.4 - No caso de atraso na divulgação oficial do índice de reajuste ou de indisponibilidade temporária dos dados necessários ao cálculo, a Contratante poderá aplicar, a título provisório, a última variação conhecida, liquidando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5 - Nas aferições finais e nos ajustes de valores decorrentes da aplicação de índices provisórios, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo correspondente ao período de apuração, procedendo-se às compensações devidas, para mais ou para menos.

8.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, deixe de ser divulgado ou, por qualquer razão, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice oficial que vier a ser definido em legislação superveniente como sucedâneo.

8.7 - Não havendo definição legal automática de índice substituto, as partes, de comum acordo, elegerão novo índice oficial que reflita, de forma adequada, a variação dos custos do objeto, mediante termo aditivo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e a observância da anualidade.

8.8 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo específico, desde que observado o índice e o critério de periodicidade previstos nesta cláusula e não haja alteração do objeto, das quantidades ou das demais condições contratuais.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato, seus anexos, este Termo de Referência e a legislação aplicável, adotando as medidas cabíveis em caso de inexecução total ou parcial.

9.2 - Designar, por ato formal, gestor e fiscal(is) do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, na forma da legislação e das normas internas do Crea-GO.

9.3 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, por meio do gestor e do(s) fiscal(is) designado(s), registrando as ocorrências relevantes e propondo, quando necessário, medidas corretivas e aplicação de sanções.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

9.4 - Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no Contrato, observando os procedimentos de recebimento provisório e definitivo e verificando a conformidade dos bens e serviços com as especificações técnicas.

9.5 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, falhas de desempenho ou incorreções verificadas no objeto ou nos serviços, para que sejam por ela substituídos, reparados, corrigidos ou complementados, no todo ou em parte, às suas expensas e no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.6 - Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela Contratada, ou devolvê-las em caso de desacordo com o objeto contratado, observando os critérios de medição e pagamento previstos neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

9.7 - Efetuar o pagamento à Contratada dos valores devidos, nos prazos, formas e condições estabelecidos no Contrato, condicionando-o ao recebimento do objeto, à conformidade dos bens e serviços e à manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.

9.8 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas cabíveis, devidamente motivadas, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, atraso injustificado ou descumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da eventual rescisão e da apuração de responsabilidades.

9.9 - Cientificar o órgão de representação judicial competente para adoção de medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada, inclusive para cobrança de multas, indenizações e demais créditos decorrentes da execução do Contrato.

9.10 - Decidir, expressa e fundamentadamente, sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, inclusive pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em até **30 (trinta) dias** a contar do protocolo, admitida prorrogação motivada, por igual período, se necessário.

9.11 - Adotar providências administrativas necessárias à cobrança e recuperação de créditos decorrentes da execução do Contrato, tais como multas, ressarcimentos por danos ao patrimônio público e outros valores devidos pela Contratada, inclusive mediante compensação com valores a pagar e comunicação aos órgãos competentes.

9.12 - Cumprir as demais obrigações previstas neste Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável, especialmente quanto à adequada gestão e fiscalização contratual, à instrução e guarda do processo administrativo, à liquidação e pagamento da despesa e à observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e proteção do interesse público.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2 - Entregar o objeto totalmente instalado, integrado e em perfeitas condições de funcionamento, nas salas de reuniões indicadas, acompanhado dos respectivos manuais do usuário em língua portuguesa e da relação de assistência técnica autorizada, bem como documentação técnica que comprove a conformidade dos equipamentos com as especificações deste Termo de Referência.

10.3 - Responsabilizar-se pelos vícios, defeitos e falhas de desempenho dos equipamentos fornecidos e dos serviços prestados, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, com a legislação aplicável e com as condições de garantia previstas neste Termo de Referência e no Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

10.4 - Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor, fiscais do Contrato ou autoridade superior competente, prestando, no prazo fixado, os esclarecimentos, informações, documentos e justificativas que lhe forem solicitados.

10.5 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os bens e serviços em que se verificarem vícios, defeitos, inadequações, falhas de desempenho ou desconformidade com as especificações, no prazo estabelecido pelo fiscal do Contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.6 - Responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto, não sendo essa responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização exercida pelo Contratante, que poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada os valores correspondentes aos prejuízos comprovadamente suportados.

10.7 - Manter, durante toda a execução e vigência do Contrato, as condições de habilitação e de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e cadastral exigidas na licitação, apresentando, sempre que solicitado ou quando não for possível a verificação por meio de consulta a sistemas oficiais (como o SICAF), os documentos comprobatórios de regularidade.

10.8 - Responder, de forma exclusiva, pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos relativos aos empregados, prepostos ou quaisquer pessoas que atuem em seu nome na execução do Contrato, não se estabelecendo, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o Crea-GO.

10.9 - Comunicar ao fiscal do Contrato, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** contadas da ciência, qualquer ocorrência anormal, incidente, acidente, dano a equipamentos, instalações ou pessoas, ou fato que possa comprometer a regular execução do objeto, indicando as medidas adotadas para mitigação de riscos e prevenção de recorrências.

10.10 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica, com as normas de segurança aplicáveis ou com as especificações deste Termo de Referência, adotando imediatamente as providências necessárias para correção das falhas apontadas.

10.11 - Guardar sigilo sobre todas as informações, dados, imagens, documentos, configurações de sistemas e demais elementos a que tiver acesso em razão da execução do Contrato, utilizando-os exclusivamente para esse fim e abstendo-se de divulgá-los a terceiros, salvo mediante autorização expressa do Contratante ou por força de lei.

10.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e custos considerados em sua proposta, devendo complementá-los, às suas expensas, caso se revelem insuficientes para o atendimento integral do objeto, exceto nas hipóteses legais de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

10.13 - Cumprir, além da legislação federal, estadual e municipal aplicável, as normas internas de segurança, de saúde e segurança do trabalho, de uso de instalações, de controle de acesso e demais procedimentos editados pelo Crea-GO e vinculados à execução deste Contrato.

10.14 - Cumprir as demais obrigações específicas previstas neste Termo de Referência, especialmente aquelas relativas à garantia do produto, à manutenção corretiva, ao modelo de execução do objeto, à gestão e fiscalização contratual, aos critérios de medição e pagamento e aos requisitos de sustentabilidade.

11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

11.1 - Para fins do disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o Crea-GO atuará, em regra, na qualidade de Controlador dos dados pessoais tratados no âmbito da execução deste Contrato, cabendo-lhe a definição das finalidades e dos elementos essenciais do tratamento, enquanto a Contratada atuará como Operadora, realizando o tratamento de dados pessoais em nome do Crea-GO e segundo suas orientações documentadas, sem prejuízo de situações específicas em que a Contratada possa ser caracterizada como controladora autônoma, nos termos da legislação aplicável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.2 - Vedada a utilização dos dados para finalidade diversa da execução contratual ou para proveito próprio ou de terceiros, inclusive comercial, o tratamento de dados pessoais pela Contratada ficará limitado às finalidades diretamente relacionadas ao fornecimento, instalação, integração, configuração, testes, garantia, manutenção corretiva e suporte técnico eventualmente necessários à execução do objeto contratual, incluindo, quando cabível:

11.2.1 - Identificação e qualificação de representantes, prepostos, técnicos, empregados e demais pessoas físicas vinculadas à execução contratual;

11.2.2 - Comunicação entre as partes para fins de execução, acompanhamento, fiscalização, recebimento do objeto e atendimento de garantia;

11.2.3 - Registro de ocorrências, chamados, atendimentos, inspeções, visitas técnicas, testes, recebimentos e demais atos relacionados à execução do Contrato;

11.2.4 - Controle de acesso às dependências do Crea-GO e aos ambientes em que ocorrer a entrega, instalação, integração, testes ou manutenção dos equipamentos, quando aplicável; e

11.2.5 - Cumprimento de obrigações legais, regulatórias, contratuais, de auditoria, de prestação de contas e de atendimento a órgãos de controle.

11.3 - O tratamento de dados pessoais deverá observar, em todas as fases, os princípios da LGPD, em especial os da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, cabendo à Contratada adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

11.4 - Compete ao Crea-GO, na qualidade de Controlador, sem prejuízo de outras atribuições legais:

11.4.1 - Definir e documentar, quando necessário, as bases legais e finalidades do tratamento de dados pessoais realizado no âmbito deste Contrato;

11.4.2 - Orientar os agentes públicos envolvidos na fiscalização e gestão contratual quanto ao uso adequado das informações pessoais tratadas no âmbito da execução contratual;

11.4.3 - Atender, diretamente ou com apoio da Contratada, solicitações dos titulares de dados pessoais, quando cabíveis, relativas ao exercício dos direitos previstos nos arts. 18 e seguintes da LGPD;

11.4.4 - Avaliar a necessidade de adoção de medidas adicionais de governança, segurança da informação ou elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD), nos termos da legislação aplicável.

11.5 - Compete à Contratada, na qualidade de Operadora, além das obrigações previstas no Termo de Referência e no Contrato:

11.5.1 - Tratar dados pessoais exclusivamente conforme as instruções documentadas do Crea-GO e as bases legais aplicáveis à Administração Pública, abstendo-se de utilizá-los para fins próprios, de agregá-los a outras bases de dados para finalidades distintas das previstas neste instrumento ou de compartilhá-los com terceiros, salvo se expressamente autorizado pelo Crea-GO ou exigido por lei ou ordem judicial;

11.5.2 - Assegurar que as pessoas por ela autorizadas a tratar dados pessoais estejam sujeitas a compromissos de confidencialidade e recebam orientação adequada sobre proteção de dados e segurança da informação;

11.5.3 - Manter registros e evidências das operações de tratamento realizadas em nome do Crea-GO, em nível compatível com a natureza das atividades desenvolvidas e com as diretrizes de segurança da informação aplicáveis;

11.5.4 - Cooperar com o Crea-GO no atendimento de requisições de titulares, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), do Ministério Público, dos Tribunais de Contas ou de outros órgãos de controle, naquilo que disser respeito a dados tratados no âmbito deste Contrato;

11.5.5 - Não transferir dados pessoais para outros países ou organismos internacionais sem prévia ciência e anuência do Crea-GO, salvo quando houver fundamento jurídico específico na LGPD e demais normas aplicáveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

11.6 - A Contratada deverá implementar e manter medidas de governança em privacidade e segurança da informação compatíveis com a natureza dos dados eventualmente tratados no âmbito deste Contrato, compreendendo, no mínimo, controles de acesso, autenticação adequada, mecanismos de preservação da confidencialidade das informações, procedimentos de guarda e descarte seguro de documentos e registros, e processo de tratamento de incidentes de segurança.

11.7 - Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, a Contratada deverá comunicar o fato ao Crea-GO em prazo compatível com a gravidade e a urgência da situação, preferencialmente em até **24 (vinte e quatro) horas** contadas da ciência do incidente, fornecendo, sempre que possível:

11.7.1 - Descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

11.7.2 - Indicação do número aproximado de titulares envolvidos;

11.7.3 - Descrição das possíveis consequências do incidente; e

11.7.4 - Indicação das medidas técnicas e administrativas adotadas para mitigar os efeitos e prevenir a recorrência do evento.

11.8 - Caberá ao Crea-GO, à vista das informações prestadas pela Contratada, avaliar a necessidade de comunicação do incidente à ANPD, a outros órgãos de controle e aos titulares de dados, na forma da legislação aplicável, podendo solicitar informações complementares sempre que necessário.

11.9 - Ao término do Contrato, seja por decurso de prazo, seja por extinção contratual, e sem prejuízo das obrigações de guarda decorrentes de lei, a Contratada deverá, conforme orientação do Crea-GO:

11.9.1 - Interromper qualquer tratamento de dados pessoais realizado em nome do Crea-GO relacionado à execução deste Contrato;

11.9.2 - Proceder à devolução, anonimização ou eliminação de dados pessoais eventualmente armazenados em seus sistemas, equipamentos, ambientes de teste, backups ou mídias de suporte, resguardadas as hipóteses legais de conservação adicional; e

11.9.3 - Manter registro das operações de descarte, devolução ou anonimização realizadas, quando tecnicamente possível, disponibilizando-o ao Crea-GO, se solicitado.

11.10 - A Contratada responderá, na forma da LGPD e normas aplicáveis, por danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais, ao Crea-GO ou a terceiros, quando decorrentes de tratamento de dados em desconformidade com a legislação ou com as instruções documentadas do Crea-GO, sem prejuízo do direito de regresso quando cabível e da aplicação das sanções administrativas, civis e penais previstas em lei e no Contrato.

11.11 - As disposições desta cláusula complementam e não excluem as obrigações de confidencialidade, segurança da informação e proteção de dados pessoais já previstas no Termo de Referência e no Contrato, prevalecendo a norma mais protetiva ao titular em caso de dúvida interpretativa, desde que não contrarie a legislação vigente.

12 - DAS GARANTIAS

12.1 - Não será exigida garantia de execução contratual (arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021), por se tratar de fornecimento de bens com instalação pontual, de baixa complexidade técnica, valor moderado e riscos considerados reduzidos na matriz de riscos desta contratação.

12.1.1 - A exigência de garantia implicaria custos financeiros relevantes para os licitantes, com provável repasse ao preço, sem incremento proporcional na segurança da execução. Os riscos remanescentes serão mitigados por meio da exigência de qualificação técnica, do regime de garantias legais e contratuais dos bens, dos mecanismos de fiscalização e das sanções contratuais, preservando o equilíbrio entre proteção do interesse público e economicidade.

12.1.2 - A ausência de garantia de execução contratual não exime a Contratada da responsabilidade integral pelo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

adimplemento das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade dos bens, ao cumprimento dos prazos, à adequada instalação e à integração dos sistemas de sonoplastia e videoconferência.

12.1.3 - Em caso de inadimplemento, o Crea-GO poderá aplicar sanções, rescindir o Contrato, cobrar perdas e danos e adotar outras medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

13 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

13.1.1 - Der causa à inexecução parcial do Contrato;

13.1.2 - Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 - Der causa à inexecução total do Contrato;

13.1.4 - Ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

13.1.5 - Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

13.1.6 - Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

13.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 - Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, quando houver descumprimento de pequena relevância ou quando der causa à infração prevista no subitem 13.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nas hipóteses previstas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.4 - Multa:

a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze) dias úteis**;

b) Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

c) Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.3, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

d) Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.2, no valor de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

e) Compensatória, para a infração descrita no subitem 13.1.1, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5 - Se a multa aplicada e indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6 - A multa poderá ser recolhida administrativamente antes do encaminhamento à cobrança judicial, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.8.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.8.2 - As peculiaridades do caso concreto;

13.8.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.8.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante;

13.8.5 - A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9 - Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

13.10 - A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11 - A Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13 - Os débitos da Contratada à Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pela referida Administração à Contratada, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos firmados entre as partes, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O Contrato será extinto pelo cumprimento integral do objeto e das demais obrigações assumidas pelas partes, ainda que isso ocorra antes do termo final de vigência, mediante recebimento definitivo dos bens e quitação recíproca, na forma da legislação aplicável.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

14.2 - A extinção contratual também poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021:

- 14.2.1** - Rescisão unilateral pela Administração, nos casos de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, desatendimento às determinações da fiscalização ou razões de interesse público devidamente justificadas;
- 14.2.2** - Rescisão amigável, por acordo entre as partes, observada conveniência e oportunidade para a Administração e sejam resguardados o interesse público e a continuidade dos serviços essenciais;
- 14.2.3** - Rescisão judicial, nos termos da legislação vigente;
- 14.2.4** - Anulação do Contrato, nos casos de ilegalidade insanável da contratação; e
- 14.2.5** - Caso fortuito ou força maior comprovados, que impeçam de forma definitiva a execução do Contrato.

14.3 - Quando a não conclusão da execução decorrer de culpa da Contratada, esta ficará constituída em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos e da adoção, pelo Crea-GO, das medidas necessárias à continuidade do atendimento da necessidade administrativa que motivou a contratação, inclusive mediante nova contratação, nos limites admitidos em lei.

14.4 - Nas hipóteses de extinção contratual sem culpa da Contratada, inclusive em razão de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, a Contratada fará jus ao pagamento pelas parcelas efetivamente executadas do objeto até a data da extinção, vedada a indenização por lucros cessantes, sem prejuízo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível nos termos da legislação.

14.5 - A extinção do Contrato, em qualquer hipótese, não afastará as responsabilidades da Contratada por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto, nem as obrigações de confidencialidade e sigilo sobre informações a que tiver tido acesso, que permanecerão vigentes pelo prazo e na forma estabelecidos na legislação aplicável e neste Termo de Referência.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO para o exercício de 2026: Conta 6.2.2.1.1.02.01.03.002 – Máquinas, Equipamentos e Aparelhos.

16 - DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

17.1 - O presente Contrato fundamenta-se:

- 17.1.1** - Nas normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 17.1.2** - Nas demais normas federais aplicáveis às contratações públicas;
- 17.1.3** - Nos preceitos de direito público;
- 17.1.4** - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos contratos e disposições do Direito Privado.

17.2 - Relativamente ao disposto na presente Cláusula, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS
CREA-GO

18 - DAS ALTERAÇÕES

18.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2 - A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data de sua implementação.

18.4 - Registros que não caracterizem alteração do Contrato poderão ser realizados por meio de apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19 - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - Em atenção ao disposto no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e ao art. 123, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, caberá ao Crea-GO:

19.1.1 - Disponibilizar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos;

19.1.2 - Disponibilizar no Portal da Transparência do Crea-GO o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos, e as informações complementares exigidas nos §§ 2º e 3º do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

20 - DO FORO

20.1 - Fica eleito o foro da Justiça Federal no Estado de Goiás para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa. Por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes, Contratante e Contratada, juntamente às testemunhas.

Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ de 2026.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás
Engenheiro Lamartine Moreira Junior – Presidente do Crea-GO
Contratante

Razão Social
Representante Legal
Contratada

